

EDITORIAL

A força da democracia e da representatividade

A democracia é, por meio de sua própria definição, um sistema de governo baseado através da participação popular, na liberdade de expressão e na busca por igualdade de direitos. No entanto, seu pleno funcionamento e eficácia estão diretamente ligados à capacidade de refletir e respeitar a diversidade da sociedade que a compõe. A diversidade, em suas várias dimensões — étnica, de gênero, religiosa, cultural e social — é não apenas uma característica da sociedade moderna, mas um fator essencial para o fortalecimento da democracia.

A presença de diferentes grupos, opiniões, vivências e perspectivas dentro de uma democracia enriquece o debate público e garante que as decisões tomadas atendam a um espectro amplo de necessidades e interesses. Em uma sociedade diversificada, a pluralidade de ideias deve ser celebrada, pois é por meio dessa variedade que a democracia se aprofunda e se torna mais representativa. A diversidade desafia o pensamento homogêneo e permite que novos pontos de vista sejam considerados nas discussões políticas, ajudando a construir soluções mais justas e equilibradas para todos.

Quando a democracia é in-

clusiva, ela não apenas respeita as diferenças, mas também as reconhece como uma força transformadora. Cada segmento da sociedade, seja ele uma minoria ou uma maioria, traz consigo uma bagagem cultural e histórica única que, quando valorizada, pode contribuir significativamente para a construção de políticas públicas mais eficazes.

Apesar de ser um valor fundamental, a diversidade enfrenta diversos desafios no contexto democrático. Em muitas sociedades, preconceitos históricos, discriminação e a concentração de poder ainda dificultam a plena participação de grupos marginalizados, como mulheres, negros, indígenas, pessoas com deficiência, entre outros.

Para que a democracia não apenas exista, mas floresça, é imprescindível que as instituições e os processos políticos adotem práticas inclusivas. A representatividade política, por exemplo, deve ir além de uma simples distribuição de cadeiras entre diferentes grupos. Ela precisa garantir que os direitos de todas as minorias sejam defendidos ativamente, e que as políticas públicas realmente reflitam os anseios e principais necessidades de uma sociedade diversa.

Os zoológicos são fundamentais

Nos últimos anos, os zoológicos brasileiros vêm passando por sérias reformas para melhor alocação dos animais que comportam em seus terrenos. As celas estão dando espaço a áreas abertas e mais amplas, permitindo interações com novos ambientes e brincadeiras.

Com essa mudança de estruturas, os protestos de pseudoativistas contra os zoológicos estão ficando cada vez mais sem sentido.

A ideia de que os Zoo's são prisões já não cabem mais. Além disso, é importante ressaltar o papel fundamental destas instituições nos programas de preservação de espécies ameaçadas.

No Brasil, por exemplo, existem pouquíssimos centros de preservação e menos ainda centros de resgate para animais traficados. E os que têm estão ficando cheios.

Diante disso, os zoológicos

estão se tornando importantes centros de pesquisa e conservação dessas espécies, além de alocarem e tratarem de animais resgatados do tráfico.

São nesses zoológicos que centenas de animais são tratados para serem devolvidos à natureza quando estiverem em condições ou acabarem ficando em um ambiente com cuidado e alimentação apropriados, caso não estejam em condições de serem soltos novamente.

E isso inclui não apenas lesões graves, mas também bichos que passaram por um processo irreversível de domesticação. Eles não têm mais habilidades para viverem em meio selvagem, além de se tornarem presas fáceis para serem novamente traficados.

Diante disso, é importantíssimo que haja maiores investimentos em novos zoológicos ou na manutenção e reforma dos Zoo's mais antigos.

Opinião do leitor

Luto

Duro acreditar que ações nada republicanas insistam em contaminar e desmoralizar a democracia. Brasileiros trabalhadores e isentos repudiam e desprezam movimentos que tiram a paz da nação. O Brasil não pode crescer e ser respeitado por outras nações diante da gigantesca quadra de torpezas que cresce e humilha os cidadãos.

Vicente Limongi Netto
Brasília - Distrito Federal

Vicente Loureiro*

Favelas em alta

Neste quase um quarto de século, o número de favelas presentes nas cidades brasileiras mais que triplicou, saltando de cerca de 3,9 mil para mais de 12,3 mil, conforme os censos de 2000 e 2022, realizados pelo IBGE. Mais grave ainda, a população vivendo nesses assentamentos passou de 6 milhões para quase 16,5 milhões, um crescimento de cerca de 300%. Na prática, as favelas têm dado abrigo e endereço certo à também crescente e fortalecida desigualdade social.

No mesmo período de expansão das favelas, a população urbana brasileira aumentou pouco mais de 40 milhões de pessoas, evidenciando um freio no ritmo de crescimento, reflexo dos efeitos da transição demográfica. Isso representou um acréscimo de menos de 29% em relação

aos 137,9 milhões de habitantes urbanos recenseados em 2000. Dá até para dizer que, de lá para cá, para cada quatro novos moradores das cidades, um passou a viver em favelas.

E isso considerando que, nesses 22 anos, foi implantado o programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), com o objetivo de enfrentar a crise habitacional e reduzir a exclusão socioespacial dos mais pobres. Em 15 anos de existência, o programa entregou cerca de 8 milhões de moradias, mas não conseguiu suprir esse déficit, que ainda permanece na casa dos 5 milhões de unidades. Tampouco conseguiu conter a expansão das favelas. Sem contar os passivos urbanísticos gerados pelos conjuntos habitacionais mal localizados e frequentemente dominados pela criminalidade. Ainda assim, sem o

MCMV, com todos os seus equívocos, os números revelados pelo censo de 2022 seriam bem piores.

Há questionamentos sobre a precisão desses números devido às alterações metodológicas promovidas pelo IBGE entre os últimos censos. No entanto, tentar desconsiderá-los seria um esforço inútil, uma vez que as favelas estão em alta, e os investimentos para integrá-las às cidades, seja por meio de urbanização qualificada ou pela produção de moradias destinadas aos segmentos mais pobres da população, têm sido insuficientes e irregulares. Infelizmente.

Isso leva à constatação de que as cidades brasileiras, principalmente as maiores e situadas em regiões metropolitanas, vêm assistindo a um aumento expressivo de urbanisticamente excluídos. Tal

cenário resulta em uma visível redução nos padrões de qualidade de vida ofertados à população como um todo, além de graves impactos no ambiente, comprometido pelas inconformidades sanitárias presentes nesses assentamentos precarizados.

Enquanto a população vivendo em favelas cresceu, neste quase quarto de século, a uma taxa de cerca de 6% ao ano, o PIB patinou em torno de 2%. Combinando essa discrepância com a distribuição desigual e injusta da renda gerada, não é difícil concluir que as favelas continuarão em viés de alta. Já as cidades...

*Arquiteto e urbanista.
Doutorando pela
Universidade de Lisboa.
Autor dos livros “Prosa Urbana” e “Tempo de Cidade”

Jolivaldo Freitas*

O vereador que não votou no próprio nome

Pasma! Acredite! Tenha certeza! Deus é mais! Fique sabendo que, a partir de 2025, quando os vereadores eleitos tomarem posse em todos os municípios brasileiros, na sombra deles, assombrando, estarão os mal-assombrados. São mais de 400 suplentes de vereadores que não tiveram um só voto nas eleições. Você então me pergunta com esses olhos arregalados: “E pode?”. Pode. O STF disse que pode.

Entenda que atualmente o que seleciona o suplente é o fato de a eleição dos vereadores ser proporcional, ou seja, para se determinar quem é eleito, toma-se primeiro o número de votos de cada partido e calcula-se quantas cadeiras a legenda tem direito de ocupar na Câmara Municipal. Caso um partido eleja dez vereadores, por exemplo, isso significa que os dez mais votados na lista de candidatos dele vão tomar posse do cargo. E o que

acontece com as vagas restantes? São distribuídas com base no cálculo da média de cada partido e outras coisas mais.

Tem mais: para ser eleito, o vereador precisa ter uma votação mínima, equivalente a pelo menos dez por cento do quociente eleitoral, que é a divisão do total de votos válidos pelo número de vagas disponíveis. E os suplentes? Difícil de entender, né? Mas é feito justamente para isso. Político tem parte com o caipora, esconde os rastros. Como dito, a suplência pertence a outros candidatos do mesmo partido, que, pela ordem dos votos recebidos, ficam torcendo para que o avião que leva o titular caia, o cara tenha um piripaque, o barco afunde — o suplente deseja uma vaga ardentemente sabe que para isso o vereador titular tem de deixar o cargo por bem ou por mal. E nada como ganhar um cargo de vereador sem ter feito voto. Mas vou

lembrar a você que foi o STF quem, ano passado, garantiu que os suplentes não precisam de uma votação mínima. Zero voto vale.

Fique aí pensando que: os caras não tiveram voto, não se mexeram, nem suaram, e, mesmo assim meteram a mão no erário público. Vou te dizer que as campanhas de cada suplente zerado tiveram custo. Boa parte recebeu verba para sua “campanha”. No total, foram gastos R\$ 363.194 com a campanha dos suplentes. Responda, por favor: “É ilegal?”. Claro que não, mas é mais imoral que maluco sem cueca no meio da rua. Moral de jegue.

Para você não dizer que acordei azedo com os políticos, vou contar uma história verdadeira. Quando eu era criança já crescida e morava na Boa Viagem, Cidade Baixa de Salvador, bucólica Península Itapagipe, época de Jânio

Quadros presidente, seu Marcelino, um vizinho benquista por todos, prestativo, emprestava dinheiro sem juros, ajudava idosos a atravessar a rua, carregava compras, batia uma laje, decidiu se candidatar a vereador. Fez uma bela campanha, com jingle e tudo, e o slogan “Marcelino não é doutor; Marcelino é um trabalhador”. Quando saíram os resultados das eleições, descobriu que não tinha obtido um voto sequer. Na ânsia da campanha, esquecera de votar em si mesmo. Os dois filhos e a mulher votaram em outros nomes. O pau comeu, e ele cortou relações com a vizinhança. Como se diz na Bahia: “Deus é mais!”. Povo é ingrato.

*Romancista e jornalista.
Autor de “Histórias da Bahia – Jeito Baiano” e “Baianidade”, dentre outros.

Arnaldo Niskier*

Gestão de recursos na educação

Quando os dados do Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) são colocados à disposição do público, muitas verdades, algumas incômodas, passam a ser discutidas. A primeira delas é que o país não consegue alcançar devidamente suas metas educacionais. Depois é que os estados mais ricos nem sempre usam as verbas de forma eficiente.

Alguns estados são pontos fora da curva, como o Pará, que subiu da penúltima posição em 2021 para a 6ª em 2023. A mesma nota (4,3) foi

obtida pelo Piauí. Ficaram à frente de Rio e São Paulo.

No ensino médio a liderança é de Goiás (4,8), seguindo-se o Espírito Santo, o Paraná, Pernambuco e Ceará. O último é o Rio Grande do Norte (3,2).

O curioso é que, na sequência da 1ª à 5ª série, todas as 100 escolas públicas de melhor desempenho são do Nordeste (68 só no Ceará), prova de que os seus líderes estão cuidando com maior zelo dos programas educacionais, o que antes não ocorria. Isso levou o Presidente Lula a recorrer a educadores cearen-

ses para administrar o MEC, como tem sido feito na gestão de Camilo Santana. Alfabetizar o alunado na idade certa passou a ser meta desejável, além da atribuição dos recursos financeiros devidos ao sistema. Mas estamos carentes de bons resultados nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio. As notas obtidas são inferiores às metas consideradas.

Louve-se o empenho do MEC em nacionalizar as boas experiências pedagógicas vividas no Brasil. É muito importante que estados e municípios se mobilizem para

aperfeiçoar essa programação, como seria desejável.

Nesse quadro, é importante destacar que devemos melhorar, de forma geral, a formação de professores e especialistas, tarefa dos nossos cursos de pedagogia. O Conselho Nacional de Educação, renovado pelo Presidente Lula, não poderá deixar o assunto muito para depois.

Deve colocar mãos à obra, de imediato, como é necessário.

*Educador e escritor.
Membro da Academia Brasileira de Letras

O CORREIO SUL FLUMINENSE NA HISTÓRIA

Reprodução



HOTEL EM VASSOURAS

O nome de um dos mais conhecidos hotéis de Vassouras, o Mara Palace Hotel, foi escolhido em homenagem a italiana Mara Luigia Riva. Com a abolição da escravidão, o governo imperial incentivou a imigração de europeus para garantir diferentes tipos de mão de obra. No fim da década de 1930, o governo federal se interessou em expandir a

indústria têxtil no Brasil. Devido ao seu interesse por esse tipo de produção, Mara se mudou para o Brasil e decidiu se estabelecer em Vassouras para tratar a doença de sua irmã. Mara se tornou uma das moradoras mais populares da cidade. Após alguns anos, a imigrante abriu o Hotel Mara, que começou como uma propriedade simples, e foi a proprie-

tária do local durante anos. Após a morte de sua irmã, em 1967, Mara decidiu voltar à Itália, vendendo o local a Gerson Ribas, que decidiu manter o nome do local como uma forma de homenagem. O casarão onde o Hotel é sediado foi construído em 1870, por Antônio Carlos Teixeira Leite, irmão do antigo barão de Vassouras.

Correio Sul Fluminense

Uma publicação do
Correio da Manhã

Direção Executiva: Marcos Salles (Presidente)
comercial.grupocorreiodamanha@gmail.com
Bruno Portella (Diretor)
Rodrigo Magnavita (Diretor)

Cláudio Magnavita (Diretor de Redação)
redacao@jornalcorreiodamanha.com.br

Redação: Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Sonia Paes (editora), Luana Motta, Pedro Sobreiro, Rafael Lima e equipe TVC

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação)
Leo Delfino (Editor)

Telefones (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

WhatsApp: (21) 97948-0452

Volta Redonda: Av. Paulo de Frontin, 590 - sala 1306 - CEP 27213-270

Bairro Atterrado - Volta Redonda - RJ

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Melo Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
CEP: 22775-057

www.correiosulfluminense.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.